

## REGRAS DOS EVENTOS EQUILIBRA-TE NA NATUREZA

### Inscrições

---

- As inscrições somente serão efetivadas quando da confirmação do pagamento.
- No caso de desistência de participação no evento o inscrito poderá:
  1. Cancelar a inscrição em até 40 dias antes do primeiro dia do evento, quando será realizado o reembolso de 50% do valor total;
  2. Transferir a inscrição, para pessoa do mesmo sexo, na forma da “venda” da vaga, por conta do consumidor, desde que indique o nome do novo participante com até 01 (uma) semana de antecedência.

**Atenção! A realização da inscrição implica na aceitação das referidas condições.**

### Uso da imagem

---

- Os registros dos eventos são utilizados para apresentação de nossa proposta de trabalho. Solicitamos ao inscrito que não deseje ter sua imagem divulgada que se manifeste pelo e-mail contato@juniabretas.info até o início do evento. Não havendo oposição, entende-se pela autorização do uso de forma gratuita, suprida a exigência do artigo 20 do Código Civil.

### Atividades externas

---

- É de responsabilidade do participante a avaliação sobre suas aptidões físicas para realização das atividades propostas. Embora todas elas sejam abrangentes e de baixo nível de dificuldade, cabe a cada um aferir eventuais limitações.
- Havendo variações climáticas que impossibilitem o cumprimento da programação descrita, os organizadores do evento proporão atividades substitutivas.

### Hospedagem

---

- Os serviços estritamente relacionados à estadia incumbem à pousada, que reservará o melhor atendimento a todas as demandas dos inscritos, únicos hóspedes durante o período do evento.

### Outras disposições

---

- É proibida a realização de propagandas e vendas de produtos ou serviços dentro do evento, salvo se por patrocinadores oficiais e mediante a autorização por escrito dos organizadores.
- Os direitos autorais dos criadores deste evento estão protegidos pela Lei nº. 9.610/98, não estando autorizadas quaisquer reproduções de suas obras, sejam textos artísticos, conferências e alocações etc. Informa-se ainda que a legislação brasileira prevê consequências cíveis e penais para o caso de violação desses direitos.